

# AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: O IDEB E OS SINTOMAS DA DESESTRUTURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

<http://dx.doi.org/10.5902/2318133824966>

Arlindo Júnior Corrêa  
Bruno Monteiro Duarte

*Universidade Federal de Viçosa, Brasil.*

## Resumo

Neste artigo procura-se produzir uma análise sobre os mecanismos de avaliações educacionais desenvolvidas em âmbito nacional. Para isso o objeto de estudo foi o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Esse trabalho parte da hipótese de uma possível desestruturação do ensino médio, tendo em vista que, como demonstrado nos resultados do Ideb, esta etapa da educação básica sofre os sintomas de uma estagnação ou de um retrocesso em seus índices de avaliação externa. Diante desse cenário surgiu a polêmica medida provisória n. 746/16, que visa a reformar o ensino médio brasileiro, dando a ele um novo perfil.

Palavras-chave: avaliação externa, Ideb, ensino médio.

## EDUCATIONAL EVALUATION: THE IDEB AND THE SYMPTOMS OF THE DISTRUCTURATION OF HIGH SCHOOL

## Abstract

This article aims to produce an analysis on the mechanisms of educational evaluations developed at the national level. For this, the object of study was the Basic Education Development Index - Ideb. This article started from the hypothesis of a possible dtructurecturation of the High School, considering that, as demonstrated in Ideb's results, this stage of basic education suffers from the symptoms of a stagnation or a regression in its external evaluation indices. Given this scenario, the controversial provisional measure n. 746/16, which aims to reform the brazilian high school, giving it a new profile.

Key-words: external evaluation, Ideb, high school.

## Introdução

O intuito do trabalho foi realizar uma análise das notas obtidas pelo ensino médio no âmbito do Ideb. O objetivo foi compreender as variáveis responsáveis pela estagnação nos últimos anos do ensino médio e problematizar o lugar do ensino médio dentro da escola básica.

Por meio da análise dos dados sobre a educação brasileira, gerados pelo Ideb, o nosso trabalho teve como hipótese uma possível desestruturação do ensino médio. Pois o mesmo, como demonstrado nas tabelas, sofre os sintomas de uma estagnação ou, ainda, um retrocesso em seus índices de avaliação externa.

Em setembro de 2016 o Inep divulgou os dados referente ao Ideb de 2015. Nele o ensino médio obteve, pela terceira vez consecutiva, a nota de 3,7, bem a baixo da meta do Ministério da Educação, que era de 4,3. Após a divulgação dos resultados do Ideb ficou exposto o baixo desempenho dos alunos do ensino básico e a alta taxa de evasão escolar dos alunos. A partir desses resultados foi publicada a MP 746/16, que tem como justificativa o mau desempenho dos estudantes na avaliação, como alegou o Ministro da Educação Mendonça Filho (2016): “Os números desastrosos (do Ideb) não permitem que adieemos a reforma”<sup>1</sup>.

As metodologias utilizadas para o desenvolvimento deste artigo foram as bases de dados disponíveis em sítio do governo federal e estadual. Vale ressaltar que o trabalho tem como principal fonte o InepData<sup>2</sup>.

## Avaliação externa

Segundo a Constituição Federal de 1988 é dever do Estado assegurar a “garantia de padrão de qualidade” do ensino (Constituição Federal, 1988, Art. 206, Inciso VII). Essa garantia de um padrão de qualidade só poderia ser atestada por um sistema de avaliações externos. Mello e Souza (2005), por exemplo, enfatizam que educação e avaliação sempre andaram de mãos dadas. Nesse sentido, procurando atender as novas demandas, em meados de 1990, houve o fortalecimento do sistema nacional de avaliação.

Torres (1996) destaca que dentre os critérios que estruturam as orientações do Banco Mundial para a educação está a “ênfase na avaliação do ensino em termos dos produtos da aprendizagem e do valor custo/benefício” (p. 1147). Outro marcador importante é a efetivação do neoliberalismo, o qual assegura o papel da avaliação externa nacional e censitária. Portanto, para atender tais demandas, foi fortalecido no Brasil o Inep, órgão do Ministério da Educação, tornando-se uma agência nacional de avaliação. Diante disso, Freitas (2014) diz que o Estado brasileiro é cada vez mais disputado por forças liberal-conservadoras que procuram assumir, por meio de avaliações externas, o controle dos processos de avaliação internos da escola.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://aprova.com.br/2016/09/21/medida-provisoria-para-o-ensino-medio/>. Acesso em 28 nov. 2016.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/inepdata>. Acesso em 28 nov. 2016.

Vale ressaltar que o presente trabalho não pretende entrar na discursão sobre a efetiva eficácia ou os problemas epistemológicos das avaliações. De acordo com Mello e Souza (2005, p. 31) “não é que as avaliações consigam atender a todas as questões que preocupam; mas os problemas associados às avaliações parecem ser claramente preferíveis aos problemas associados à sua não existência, como a falta de parâmetros”.

### **Índice de Desenvolvimento de Educação Básica**

O Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - Ideb - é o principal indicador objetivo utilizado para monitorar a qualidade da educação básica no país. Ele faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE - e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: decreto n. 6.094/07. O Ideb é a combinação de dois fatores que interferem na qualidade da educação: a) indicadores de fluxo: taxas de aprovação, reprovação e evasão, medidos pelo Censo Escolar, e b) indicadores de desempenho em exames padronizados: como o Sistema de Avaliação da Educação Básica e Prova Brasil, realizados a cada dois anos ao final de determinada etapa da educação básica, 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

Levando em consideração que o Ideb é calculado em valores que variam de 0 a 10, a meta do MEC é que o Brasil atinja, até 2021, ano que antecede a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, níveis educacionais de países desenvolvidos, o que corresponde à média de 6 pontos. Após a introdução do Ideb a avaliação externa deixou de ser amostral e passou a ser censitária, ou seja, começa a ser feita em todas as escolas do país. A fórmula básica é  $Ideb = (1/T) \cdot N$  (1) na qual, de acordo com Inep, T = número de anos que, em média, os alunos gastam para completar uma série. Quando esse fluxo é feito adequadamente (1/T), o Ideb equivale ao valor da nota, e sua tendência é manter-se estável ou aumentar. Mas quando o fluxo é interrompido por repetência, evasão ou abandono, T assumirá valores maiores e, conseqüentemente, o índice tende a diminuir, comprometendo a nota final e N = média das avaliações externas, ou seja, o valor do desempenho dos estudantes no Saeb e na Prova Brasil, expressa em valores que vão de 0 a 10<sup>3</sup>.

O Ideb visa a “identificar as redes e as escolas públicas mais frágeis a partir de critérios objetivos e obriga a União a dar respostas imediatas para os casos mais dramáticos ao organizar o repasse de transferências voluntárias com base em critérios substantivos, em substituição ao repasse com base em critérios subjetivos” (Brasil, 2007, p.23).

Nesse sentido, o Ideb é uma tentativa de responder uma tendência internacional de valorização da avaliação e também uma busca por melhoria rápida dos indicadores educacionais no plano internacional. O MEC pretende realizar um maior atendimento aos municípios com Ideb mais baixo, por meio de apoio técnico para as equipes escolares. Além disso, foi instituído o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - que prevê mais recursos para as escolas que melhorarem seu Ideb. Ou seja, uma forma de premiação, um acréscimo de 50% de recursos financeiros às escolas que cumprirem as metas. Portanto, O Ideb tornou-se um indicador da qualidade do sistema de ensino fundamental e médio brasileiro e passou a orientar políticas públicas educacionais.

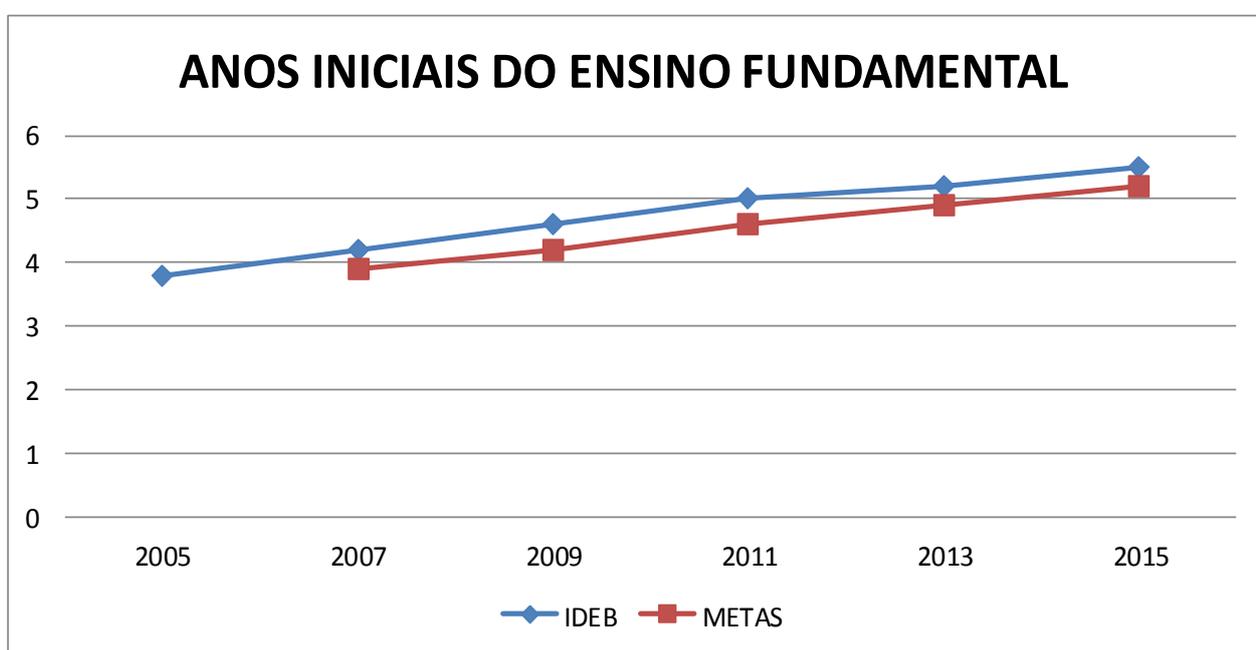
<sup>3</sup> Fonte: MEC/Inep. Disponível em: [www.ideb.inep.gov.br](http://www.ideb.inep.gov.br). Acesso em 29 nov. 2016.

### Análise dos dados

Nos anos iniciais do ensino fundamental é notável um forte crescimento do Ideb com uma taxa de mais de 0.2 pontos a cada dois anos. Tal melhoria também pode ser observada nas medições dos anos finais do ensino fundamental, no entanto, tal crescimento tem-se mantido em níveis menores do que dos anos iniciais do ensino fundamental, numa taxa de 0.1 pontos ou mais a cada dois anos. Os anos iniciais do ensino fundamental conseguiu atingir em todas as medições do Ideb as metas estabelecidas pelo Inep, porém nos anos finais as metas não foram atingidas nas últimas duas medições (2013 e 2015).

Gráfico 1 -

Resultados e metas dos anos iniciais do ensino fundamental.



Fonte: InepData.

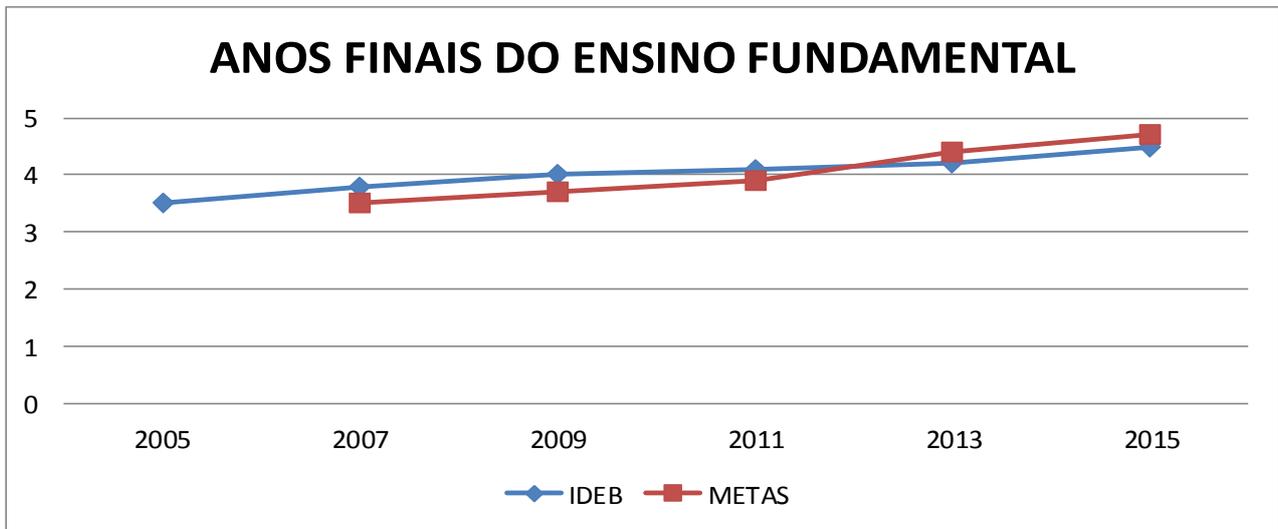
Tabela 1 -

Resultados e metas dos anos iniciais do ensino fundamental

Anos iniciais do ensino fundamental						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Ideb	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5
Metas		3.9	4.2	4.6	4.9	5.2

Fonte: InepData.

Gráfico 2 -  
Resultados e metas dos anos finais do ensino fundamental.



Fonte: InepData.

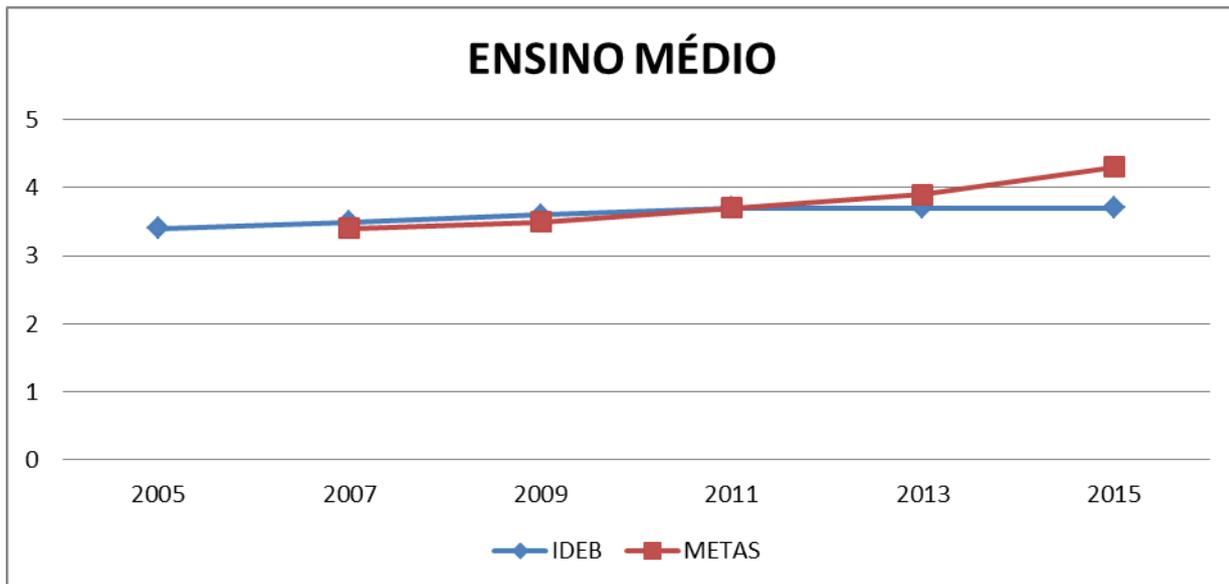
Tabela 2 -  
Resultados e metas dos anos finais do ensino fundamental.

Anos iniciais do ensino fundamental						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Ideb	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5
Metas		3.5	3.7	3.9	4.4	4.7

Fonte: InepData.

Como defendido na hipótese, o ensino fundamental, por meio de avaliação do Ideb, tem conquistado um contínuo avanço e melhoria. Toda via, podemos perceber que o ensino médio, ao longo dos anos, obteve pequenas melhorias e sempre em nível menor que em anos anteriores. Na última avaliação, disponibilizada pelo Inep/MEC, o ensino médio se encontrou estagnado. Além disso, o ensino médio não tem atingido as metas estabelecidas pelo programa de avaliação educacional, como podemos observar na tabela a seguir.

Gráfico 3 -  
Resultados e metas do ensino médio.



Fonte: InepData.

Tabela 3 -  
Resultados e metas do ensino médio.

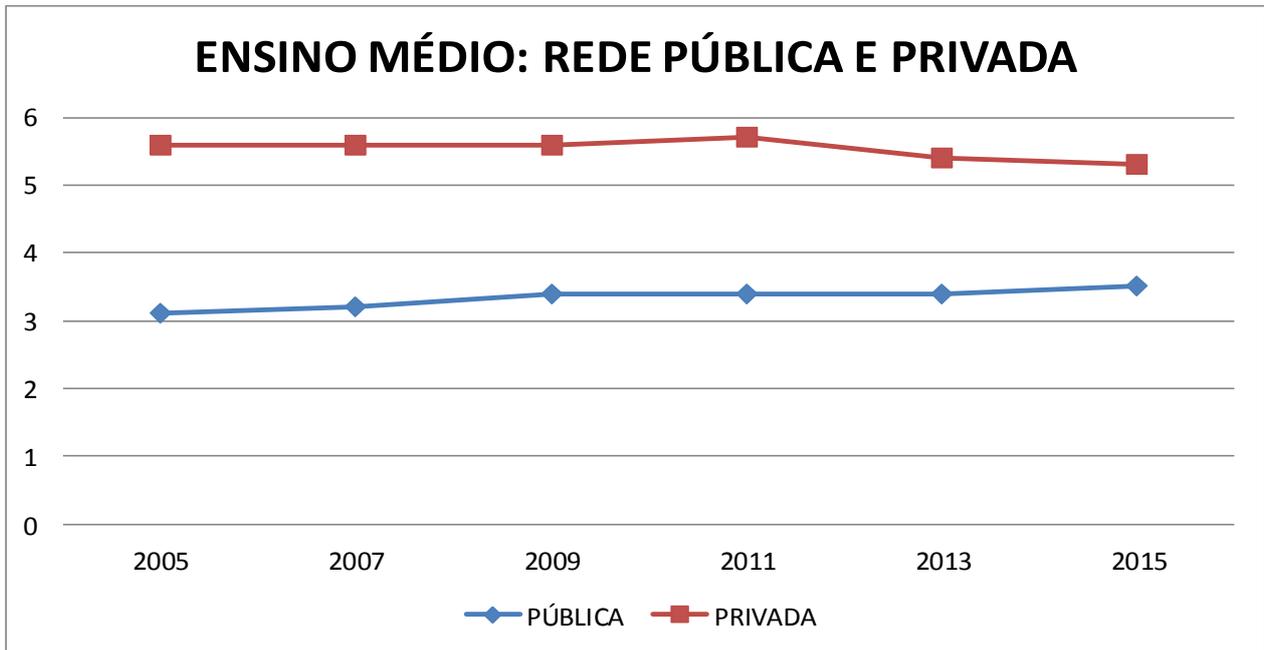
Ensino médio						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Ideb	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7
Metas		3.4	3.5	3.7	3.9	4.3

Fonte: InepData.

O cenário torna-se ainda mais problemático quando estratificamos os dados, como na tabela a seguir, na qual divide os dados nacionais do Ideb, referente ao ensino médio, entre rede pública e privada. É visível como a rede de ensino público possui níveis muito inferiores ao da rede privada. No entanto, a mesma encontra-se estagnada a mais de 6 anos, tendo somente em 2015 um avanço de 0,1 ponto. Enquanto a rede privada teve o índice nacional reduzido em 0.4 pontos, um grande retrocesso do ensino médio privado.

Gráfico 4 -

Resultados do ensino médio estratificados entre escolas públicas e privadas.



Fonte: InepData.

Tabela 4 -

Resultados do ensino médio estratificados entre escolas públicas e privadas.

Ensino médio						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Público	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5
Privado	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3

Fonte: InepData.

### Considerações finais

O ensino médio brasileiro, no decurso de sua história, tem sido identificado como um espaço indefinido, ainda em busca de sua identidade. Ele surgiu no Brasil como um lugar para poucos, cujo principal objetivo é preparar a elite local para os exames de ingresso aos cursos superiores (Pinto, 2002). A partir de 1931, o então chamado ensino secundário começou a ser reorganizado, consolidando-se o processo em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que dividiu esse nível de ensino em duas etapas distintas: um ginásio de quatro anos e um colegial com três anos. Ainda nessa época, mantiveram-se tanto os exames de admissão quanto à seletividade do seu público.

Num primeiro momento de expansão do ensino secundário, o modelo destinado às massas foi o profissionalizante, devido o contexto de industrialização brasileira e necessidade de mão-de-obra. No Regime Militar impôs-se uma mudança significativa no denominado 2º grau, que foi a profissionalização compulsória.

Em 1988, com a nova Carta magna, tiveram alterações importantes: afirmou-se o dever do Estado em assegurar a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio” (art. 208, inciso II), indicando-se a intenção de estendê-lo a toda a população, medida que se refletiu no processo de ampliação da oferta do ensino médio, ocorrida nos anos que se seguiram. Já na segunda metade dos anos 1990 retomou-se o debate sobre as funções do ensino médio, promovendo sua universalização. Havia nesse momento, a intenção de imprimir ao ensino médio uma identidade associada à formação básica que deve ser garantida a toda a população, no sentido de romper a dicotomia entre ensino profissionalizante ou preparatório para o ensino superior. Portanto, ele passou a ser visto como uma etapa final da educação básica.

As políticas de expansão do ensino médio respondem não somente às aspirações das camadas populares por mais escolarização, mas também à necessidade de tornar o país mais competitivo no cenário econômico internacional (Krawczyk, 2011). Essa expansão do ensino médio, iniciada em meados dos anos 1990, não pode ser entendida como um processo de universalização nem de democratização, pois o Brasil possui ainda taxa elevadas de jovens que permanecem fora da escola e tal cenário encontra-se em crise devido o declínio do número de matrículas desde 2004 e à persistência de altos índices de evasão e reprovação, associadas a um baixo desempenho dos alunos em testes nacionais de avaliação. Segundo o Censo Escolar de 2007<sup>4</sup> do total de matrículas no ensino médio 41% estão concentradas no noturno, indicando uma taxa de atendimento nesse turno próxima ao percentual de alunos com idade acima de 17 anos (44%), configurando, desta forma, um aluno/trabalhador. Outro dado do Censo Escolar de 2007 é que o crescimento da matrícula ocorreu principalmente no setor público: 86,5% do total.

A permanência do estudante no ensino médio envolve um conjunto de fatores que podem facilitar ou não esse processo, tais como: idade com que ingressam na escola; inclusão ou não no mercado de trabalho; trajetória escolar anterior; taxas de repetência e evasão; aproveitamento dos estudos; infraestrutura oferecida; qualidade do corpo docente, entre outros. Nora Krawczyk (2011) descreve assim a vivência do estudante do ensino médio:

No primeiro ano, os jovens se sentem orgulhosos porque, em certa medida, venceram a barreira da escolaridade de seus pais. No segundo ano começa o desencanto, principalmente, pelas dificuldades do processo de ensino, ao passo que as amizades e a sociabilidade entre os pares passam a ser mais importantes. No terceiro, a proximidade de um novo ciclo de vida fica mais evidente, e os alunos se confrontam com um frustrante universo de possibilidades: o ingresso na universidade não se configura como uma possibilidade para a maioria e o desejo de trabalhar ou melhorar profissionalmente também se torna muito difícil de ser concretizado. (p 762)

Diante desse cenário de desestruturação do ensino médio Moehlecke (2012) elenca diversos sintomas, dentre eles: um ensino médio pouco atraente, que não atenderia nem à demanda de formação para o trabalho, nem à de formação para a cidadania. Ou seja,

<sup>4</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 28 nov. 2016.

em termos da estrutura do ensino médio, esta permaneceria inadequada às necessidades tanto da sociedade quanto dos jovens que o frequentam, um currículo rígido e pouca autonomia das escolas na definição do currículo.

Nesse sentido, o ensino médio, desde a sua institucionalização até os dias atuais com a MP 746/16, vem passando por diversas transformações na sua forma de organização, estrutura, objetivos e currículos. Sempre inconsistente e classificado como um não lugar. Portanto, a última etapa da educação básica obrigatória, parece ser um dos grandes desafios atuais na formulação de políticas públicas educacionais.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 8 maio 2016.
- BRASIL. *Sistema de consulta à matrícula do censo escolar*. Brasília: Inep, 2006.
- BRASIL. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb*. Disponível em [www.ideb.inep.gov.br](http://www.ideb.inep.gov.br). Acesso em 8 maio 2016.
- BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm). Acesso em 8 maio 2016.
- BRASIL. *Plano de desenvolvimento da educação: plano de metas compromisso todos pela educação*. Guia de programas. Brasília: MEC, 2007.
- CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O Ideb como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, 2015, p. 461-484.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 129, 2014, p. 1085-1114.
- KRAWCZYK, Nora. O PDE: novo modo de regulamentação estatal? *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 135, 2008, p. 797-815.
- KRAWCZYK, Nora. *Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje*. Caderno de Pesquisa, v. 41, n. 144, 2011, p. 752-769.
- MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 49, 2012, p. 39-58, 2012.
- PAZ, Fábio Mariano; RAPHAEL, Hélia Sônia. O Ideb e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. *Omnia Humanas*, v. 3, n. 1, 2010, p. 7-30, 2010.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. O ensino médio. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (org.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002, p. 51-76.
- SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. *Formação de professores na cultura do desempenho*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89, 2004, p. 1145-1157.
- SILVA, Maria Abádia da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, 2003, p. 283-3013.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 124, 2013, p. 903-923.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica: as estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 125-191.

*Arlindo Júnior Corrêa* é estudante do curso de Letras na Universidade Federal de Viçosa.

Endereço: Avenida Peter Henry Rolfs, s/n - Alojamento pós, apto. 2321 - 36570-900 - Viçosa - MG - Brasil.

E-mail: [arlindo.correa@ufv.br](mailto:arlindo.correa@ufv.br).

*Bruno Monteiro Duarte* é estudante do curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa.

Endereço: Avenida Peter Henry Rolfs, s/n - Alojamento pós, apto. 2222 - 36570-900 - Viçosa - MG - Brasil.

E-mail: [bruno.duarte@ufv.br](mailto:bruno.duarte@ufv.br).

Recebido em 30 de novembro de 2016.

Aceito em 19 de abril de 2017.